

----- ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS: -----

----- Ao trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se na Escola Básica Aviador Brito Paes, em Colos, a primeira reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Ana Maria de Oliveira Aleixo, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pela Senhora Maria Manuela Gonçalves Moreira (Primeira Secretária) e pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação das Atas. -----

----- **a)** da primeira reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, realizada no dia 24 de junho de 2022; -----

----- **b)** da segunda reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, realizada no dia 01 de julho de 2022. -----

----- **c)** da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de julho de 2022. -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente. -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** 10ª Modificação Orçamental: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto dois:** Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade

30-09-2022

Rústica de Vila Nova de Milfontes: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto três:** Gestão dos Recursos Humanos em Função do Mapa de Pessoal – Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto quatro:** Protocolo de Colaboração para Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos da Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho para o ano letivo 2022/2023: apreciação e autorização de compromisso plurianual. -----

-----**Ponto cinco:** Empreitada de “Construção do Ciclovía do Cruzamento do Almogrove-Almogrove”: apreciação e autorização de compromisso plurianual. -----

-----**Ponto seis:** Proposta da Lista Definitiva do Prémio de Atividade Desportiva 2022/2023: apreciação e autorização de compromisso plurianual. -----

-----**Ponto sete:** Cedência do Antigo Edifício Escolar sito nos Foros da Caiada – Bicos, à Freguesia de Vale Santiago: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto oito:** Acordo de Execução do quiosque do Jardim do Pinhal do Moinho em Vila Nova de Milfontes: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto nove:** Alienação de lotes de terreno nos Loteamentos Municipais de Habitação para jovens – 2ª Fase do Concurso: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto dez:** Proposta de Regulamento Programa Odemira Criativa: apreciação e deliberação -----

-----**Ponto onze:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio ao Arrendamento: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto doze:** Proposta de Alteração do Regulamento para Cartão Social Municipal: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto treze:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Melhorias Habitacionais: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto catorze:** Prémio de Reabilitação Urbana do Município de Odemira (PRUMO)

30-09-2022

– 2ª Edição: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto quinze:** Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da zona de construção clandestina do Cabecinho-Almograve: Proposta de Revogação: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto dezasseis:** Informação Económica e Financeira – 1º Semestre 2022: apreciação. -----

----- **Ponto dezassete:** Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: apreciação. -----

ABERTURA DA REUNIÃO

----- Compareceram a esta reunião trinta e quatro Membros, a saber: Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Maria de Oliveira Aleixo, Ana Paula Marques Pereira, António Manuel Viana Afonso, António Paulo Correia Maeiro, Daniel Sobral Balinhas, Dário Filipe Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro, Francisco António Caetano Lampreia, Inês Filipa Lebres Hilário, João Palma Quaresma, João Pedro da Silva Cruz, Luis Pedro Colaço Freitas, Manuel de Jesus Campos, Manuel de Matos Sobral Pendo, Manuel Pedro Gonzalez Fontinhas Lameira Serralha, Marcelo do Carmo Pacheco da Silva, Maria da Glória das Neves Gonçalves Pacheco, Maria Luísa Vilão Palma, Maria Manuela Gonçalves Moreira, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Miguel Alexandre Vasconcelos Lourenço, Miguel Forte Prista Monteiro, Nuno Góis da Costa Nogueira, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, Ricardo Jorge Ruas Cesário, Raquel Maria da Glória Guerreiro, Rodrigo António Penetra Zacarias, Sofia Marisa da Costa, Teresa Alexandra Pereira Bernardino, Ventura José Crujo Ramalho e Vera Lúcia Montes Raposo.-----

----- Sendo a presente reunião realizada na freguesia de Colos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal chamou para se juntar à mesa o Senhor Manuel Penedo, Presidente da Junta de Freguesia de Colo, tendo inicialmente sido substituído pelo respetivo Secretário,

30-09-2022

Senhor Leonel Ferreira. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas: -----

----- - ao Senhor Luís Pedro Colaço Freitas que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Fernanda Isabel Ramos Guerreiro de Almeida, eleita pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira;-----

----- - ao Senhor Rodrigo António Penetra Zacarias que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Joana da Silva Guerreiro Gregório, eleita pelo Partido Socialista; -----

----- - à Senhora Raquel Maria da Glória Guerreiro que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Tânia Cristina Guerreiro Neves, eleita pelo Partido Socialista; -----

-----Confirmando-se o quórum, pelas vinte horas e vinte e cinco minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. -----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes: Helder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos, e Isabel Vieira da Silva Palma Raposo, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista.-----

-----Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores, verificou-se que não se registaram faltas injustificadas na primeira reunião da sessão ordinária de junho,

realizada no dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e vinte e dois; na segunda reunião da sessão ordinária de junho, realizada no dia um de julho do ano de dois mil e vinte e dois; na Terceira reunião do Grupo de Trabalho Temático da Saúde, realizada no dia vinte e um do ano de dois mil e vinte e dois; na sessão extraordinária de julho, realizada no dia vinte e oito de julho do corrente ano.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

----- Neste Período da Ordem de Trabalhos registaram-se as intervenções do(a)s seguintes munícipes: -----

----- 1. O Senhor Nuno Viterbo Abrunhosa, residente em Malhadinhas, na sua intervenção referiu o seguinte: “Na qualidade de representante dos proprietários da parcela rústica 28H da freguesia de Vila Nova de Milfontes, no local das Malhadinhas, não podemos deixar hoje aqui estar com a presente exposição e que desde já solicito que a mesma seja parte integrante da ata da Assembleia Municipal. -----

----- Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, estamos certos que a proposta de aprovação do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes, hoje sujeito a votação, será aprovado, tendo em conta o quadro democrático que vivemos. No entanto, tal não invalida que em consciência aqui estejamos a manifestar o nosso descontentamento. -----

----- Em primeiro lugar pelo próprio plano, cuja solução apresentada em nada resolverá, de forma clara e inequívoca o pressuposto do mesmo. As soluções apresentadas, como muitas coisas na vida, são discutíveis, mas o que nos preocupa entre muitas situações em particular é a pouca ou nenhuma preocupação para com os cidadãos, munícipes ou não. No nosso caso concreto, foi com grande espanto e sem qualquer justificação técnica, jurídica ou até mesmo política, que verificámos que a nossa parcela não será classificada como Solo Urbano. -----

----- Como atrás referi, e estou certo que não houve qualquer intromissão política, como

30-09-2022

aliás o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, pessoalmente nos transmitiu em atendimento. No entanto, o que aqui se prova, vincula vossas excelências na qualidade de eleitos, pois é uma decisão política. A aprovação do Plano, hoje nesta Assembleia, irá, acima de tudo, afetar a vida de muitos. Se também juridicamente, nada, mas mesmo nada impedia a nossa inclusão em solo urbano, só nos resta a decisão técnica. Foi então a equipa técnica que analisou e decidiu. Propositadamente utilizo a palavra “decidiu” e não a palavra “propôs”. -----

-----Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, rogo a vossa excelência para que me dispense de explicar a diferença entre decisão e proposta. Não podem os técnicos, quer sejam estes internos ou externos, virem argumentar que o Plano em aprovação foi o resultado do decidido por terceiros, leia-se outras entidades, como aliás nos foi transmitido várias vezes. As tais entidades pronunciaram-se sobre o que os técnicos externos e internos que elaboraram o Plano, propuseram para análise e parecer. -----

-----No nosso caso estamos certos, que tal nunca foi proposto, isto é, a inclusão em solo urbano da nossa parcela. E tecnicamente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, como lhe transmitimos em atendimento que vossa excelência nos concedeu, nada, reitero, nada, justifica esta opção tomada pelos técnicos. Aliás, a nossa exposição entregue e registada nos vossos serviços com o NIPG 20642/22, é muito clara quanto ao erro técnico da opção tomada. -

-----Permita-me Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, a quem agradecemos a extrema amabilidade em nos ter recebido, a presente inconfidência, e cito: “que também não percebe porque a nossa parcela ficou de fora”. Terminou em meados de julho, o período de discussão pública. Nós, como vários proprietários, munícipes, residentes ou não, participámos em várias sessões públicas. No nosso caso, para além da exposição entregue e registada, realizámos reuniões com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, com a técnica municipal afeta ao Plano e com o Senhor Presidente da Câmara

30-09-2022

Municipal e com o Senhor Vereador do Urbanismo. De acordo com o vosso documento de Ponderação da Discussão Pública tornado público recentemente no site do município, deram entrada oitenta e um recursos ou exposições. Apenas uma e meia foi considerada pertinente. Todas as restantes foram consideradas, de forma geral, e passo a citar, “sem efeito na configuração do plano”, isto é, nada justifica a alteração ou correção do plano. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia, a elaboração do Plano é uma questão técnica, pelo que reforço, que a decisão de aprovação é política, e é de todos aqui presentes, mesmo daqueles que se abstenham ou até mesmo daqueles que votem contra a aprovação do presente Plano. Questiono então, se a discussão pública não foi um mero formalismo? Por principio, achamos que não, por isso parabéns aos técnicos, pois estes, com toda a certeza, não erraram e não tiveram dúvidas! No nosso caso concreto, o parecer técnico ou melhor a ponderação tomada pelos técnicos, reforço externos e internos, foi, cito: “Dada a génese da ocupação desta área e as características que apresenta, foi opção de base do Plano não a integrar em solo urbano. A situação assinalada na participação será avaliada no âmbito do desenvolvimento da unidade de execução que vier a abranger o local, com vista a identificar a modalidade da sua hipotética regularização”. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia, a “génese desta área e as características que apresenta” contribuíram para a não inclusão em solo urbano? Falamos do passado ou do futuro? Peço desculpa, mas isto não sei o que significa. Uma coisa é certa, Urbanismo ou Planeamento é que não é! Que critério foi este? Que critérios foram usados na alteração de uso dos solos? Foram os atrás referidos? O nosso caso em particular até é de fácil inclusão em solo urbano, simplesmente, os técnicos não o quiseram. Não conhecemos quais os critérios que transformam solos rústicos, e alguns em atividade agrícola, em solos urbanos! E no nosso caso, com características claramente urbanas, não é proposta essa alteração de uso do solo. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia, qualquer um de nós aqui presente, registou o que

30-09-2022

atrás citei, quanto à ponderação técnica da nossa exposição entregue. A dita ponderação refere então, na sua parte final, que num futuro, mais próximo ou não, a nossa situação será “hipoteticamente regularizada”. Em linguagem comum, isto quer dizer: “chutar para canto”. Em linguagem técnica, como saberá o Senhor Vereador Pedro Ramos, especialista nesta área, significa que não há solução. Pois o que aqui for decidido e aprovado terá que ser implementado. Para isso servem os Planos, como o presente. -----

-----Sobre a execução do Plano, chamo a vossa atenção para as construções anteriores a mil novecentos e setenta. Na planta de demolições existem várias construções que no vosso ortofotomapa de mil novecentos e sessenta e nove, as quais e de acordo com o Plano serão demolidas! Será que os técnicos internos e externos não conhecem este e outros ortofotomapas. Fica aqui a dica, estão disponíveis no site da Câmara Municipal! -----

-----Para terminar, Senhora Presidente da Assembleia, permita-me ainda uma pequena observação, mas que deveria merecer, de todos nós uma análise muito profunda. Não consigo aceitar, como é referido na dita “ponderação” por parte dos técnicos em variadíssimas exposições apresentadas, em que não se propõe a apreciação do exposto, em sede do Plano, pois este processo foi um processo moroso e que a apreciação do solicitado obriga a nova consulta às várias entidades, o que seria novamente moroso e não há certeza de aceitação por parte dessas entidades. Senhora Presidente da Assembleia, os critérios “leva tempo” e “não há certeza que os outros concordem”, são critérios para não análise das pretensões? Se são, algo de errado na nossa sociedade e algo de muito errado existe na nossa administração. Obrigado”. ----

-----2. O Senhor Manuel Alberto Marques Graça, residente em Malhadinhas, fez a seguinte intervenção: “Queria dizer apenas duas palavras, segundo sei houve um inquérito a residentes e não residentes sobre as casas, inquérito esse que não chegou à minha porta embora eu seja residente no local há mais de cinco anos, daí contestar o porquê de não termos sido informados. Segundo, porque é que as situações das casas não nos foram informadas, é certo

que não perguntámos à Câmara e que a Câmara também não nos informou, certo é que me sinto enganado por ambas as partes, por quem nos vendeu os terrenos e pela Câmara que em vez de avisar, de nos desmotivar nas compras, pelo contrário tivemos vários incentivos, “comprem”, “não façam é casas em cimento”, “daqui ninguém vos tira”, isto em dois mil e dezoito por aí. --

----- Acontece que posteriormente somos confrontados com a situação que o meu colega muito bem disse no parecer. Pergunto, se falam em descentralização, se falam na mudança das pessoas das cidades para o interior. Eu reformei-me, abdiquei de uma vida de cidade, vim para o campo, sou engando duplamente, é justo?” -----

----- 3. Os Senhores Miguel Baltazar e Dinis Batista, em representação dos empresários de Colos, na intervenção referiram o seguinte: “A quinze de março de dois mil e vinte e dois, tivemos uma reunião com a Câmara Municipal de Odemira aqui em Colos onde nos foi pedido por escrito pela Câmara um Plano Promocional Empresarial da Freguesia. Entregamos esse Plano e até à data não obtivemos nenhuma resposta, nem por escrito, nem verbal. Gostávamos de saber se alguém leu esse documento, onde constam estimativas de quinze milhões de euros de investimento e cerca de cinquenta a sessenta postos de trabalho. Não sabemos e é justificável para vocês iniciarem a construção ou não da zona empresarial. -----

----- Como também deve ser do vosso conhecimento, com o atraso da resposta já perdemos duas indústrias nas quais estavam previstos trinta e cinco postos de trabalho, perdemos para o Concelho vizinho, é justo? Não é! Vamos avançar ou vamos ficar?” -----

----- 4. O Senhor António Eduardo, residente em Colos, que fez a seguinte intervenção: “Tenho duas questões sobre situações que se arrastam há muitos anos. Uma principalmente por ser a mais caricata que é: Colos a Vila que fez quinhentos anos tem esgotos diretamente para a ribeira há mais de trinta anos. Há dezasseis anos eu estava no Executivo e foi-me dito que as Estações de Tratamento de Águas Residuais (Etars), estavam em licenciamento, passados estes anos continua tudo na mesma, sem solução nenhuma, não sei se já há alguma coisa mais

30-09-2022

avançada. Para meu espanto numa reunião da Assembleia de Freguesia da qual faço parte, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara cumpre sempre com as Águas do Alentejo, as Águas do Alentejo é que não cumprem o seu dever. E eu pergunto como é que a Câmara continua a pagar às Águas do Alentejo uma coisa que eles não executam, isto é caricato e triste que se diga. -----

-----A segunda questão também me preocupa que é a questão de um edifício antigo da Câmara que está prestes a ruir, numa rua pública onde passa muita gente, nomeadamente numa rua de acesso ao lar, e é complicado se alguém fica mal, estou farto de chamar à atenção. Era para estas duas questões que eu gostaria que existissem soluções.” -----

-----5. O Senhor Manuel Silva, residente em Vila Nova de Milfontes, na sua intervenção referiu o seguinte: “A minha intervenção tem haver com a Área de Fracionamento Ilegal de Vila Nova de Milfontes, participei na primeira reunião de Câmara descentralizada em Vila Nova de Milfontes, na Casa do Povo, onde expus a situação ao Senhor Presidente da Câmara, que para mim não é uma questão de fracionamento, é uma questão de direito porque a minha família está neste terreno há mais de cem anos. O Senhor Presidente da Câmara disse-me para expor a minha participação. Antes disso eu fui à Junta de Freguesia, reuni com a técnica que me desmotivou e que me transmitiu a ideia de que eu não o deveria fazer, se o fizesse a resposta seria negativa, não iria conseguir aquilo que eu estava a apresentar e a propor à Câmara Municipal, o que me deixou triste em relação à Câmara. Depois disso fiz a exposição e até ao momento não obtive resposta. Já percebi pela primeira intervenção que foi publicado na página da Câmara, acontece que há semanas que procuro na página da Câmara e não consigo perceber onde é que está. Aquando da fase inicial da Discussão Pública estava visível e neste momento não é visível e eu estou aqui nesta reunião da Assembleia Municipal e não sei qual é a resposta à minha exposição.” -----

-----Na sequência das intervenções do público o Senhor Presidente da Câmara Municipal

30-09-2022

agradeceu a presença dos munícipes e prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- - quanto à Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes (AFIPR), referiu ser um processo com décadas de precariedade, de não resolução de um problema que afeta cerca de duas mil pessoas, que foram feitas várias tentativas sinceras de resolução por todos os Executivos aos longo das décadas de democracia, uns tentaram por boa vontade facilitar de alguma forma a vida às pessoas, outros tentaram criar gabinetes técnicos para tentar identificar, mapear, analisar e resolver a situação, ao qual existiu sempre um bloqueio e nunca houve sequer vontade de resolver o problema.-----

----- - referiu ainda que enquanto Vereador do Ambiente se tentou colocar água em muitas habitações, porque estava na iminência de acontecer um problema grave de saúde pública naquele local. Referiu existir, de momento, um problema ainda maior desse ponto de vista, resultante da seca e da sobrepopulação naquela área, devido a uma vaga de habitantes (população migrante), o que está a aumentar o problema de forma exponencial. -----

----- - informou que esta janela de oportunidade permitiu algo que nunca tinha sido possível, conseguindo que todas as entidades entrassem em acordo sobre uma proposta de transformação de solo rústico em solo urbano, abrindo assim a possibilidade das pessoas legalizarem as suas casas, de serem construídas casas, ruas, estradas, passeios, iluminação pública, água, esgotos, tudo o que um aglomerado urbano deve ter. -----

----- - referiu que, na presente reunião da Assembleia Municipal, seria tomada uma decisão sobre a aprovação ou não de um Plano de Urbanização, sendo um momento absolutamente histórico no Concelho de Odemira. O que foi durante muitos anos uma situação impossível, podendo ser tornada uma situação possível, que afeta duas mil pessoas e a não aprovação do Plano é continuar a manter em precariedade as duas mil pessoas. -----

----- - quanto à questão do Senhor Nuno Viterbo, referiu terem sido utilizados termos menos adequados em várias respostas, que tinha sido dito ao Senhor Nuno Viterbo que não há,

30-09-2022

nem haverá ingerência política nas propostas apresentadas do ponto de vista técnico, porque isso seria o fim do processo que se quer claro, transparente, inequívoco e que as pessoas têm direito a reivindicar a sua razão. -----

----- - afirmou que se tratava do momento chave: primeiro, por respeito às duas mil pessoas; segundo, porque participaram cerca de mil pessoas nas seis sessões realizadas em Vila Nova de Milfontes. Das duas mil pessoas, de facto oitenta e duas participaram. Dessas oitenta e duas participações, sessenta e dois por cento dessas pessoas era redundante estar a dizer o que fosse porque, na verdade, o que foi dito e respondido e dava a ideia que não se aprovou, mas não se aprovou porque o que era proposto pelas pessoas já se encontrava proposto no Plano. Quanto aos trinta e oito por cento das participações, estas implicariam alguma alteração do Plano aprovado por um conjunto de entidades, nomeadamente, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR), Câmara Municipal, Administrações de Região Hidrográfica (ARH), entre outras entidades, e que a não aprovação do Plano, neste momento, significaria voltar “à estaca zero”. Perder-se-ia o investimento que está previsto nesta área no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), por não se ter tempo para ser executado até dois mil e vinte e seis, e bem assim, perder-se-ia a oportunidade de, no processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), incluir aquele espaço com a nova classificação e perder-se-ia também o Programa da Orla Costeira (POC). Nesta conformidade, considerou que na presente reunião da Assembleia Municipal teriam a oportunidade de aprovar o Plano e dar esperança a duas mil pessoas, embora a situação não ficasse resolvida de imediato, mas na verdade é aprovado um caminho para a sua solução. -----

----- - informou que, por princípio, no decurso daquele processo existiriam pessoas que poderiam ficar prejudicadas nas suas pretensões ou perspetivas anteriores, como foi referido pelo Senhor Manuel Graça, que saiu de Lisboa e decidiu fixar-se em Odemira, porque lhe foi

dada uma expectativa na qual pensou, que adquirindo na sociedade uma quota lhe permitiria um dia poder expectar ter direito a um terreno. -----

----- Por outro lado, há muitas pessoas que poderão vir de facto a beneficiar, e nesse sentido, referiu que há uma coisa que nunca deixará de ser feita neste processo ao longo dos próximos anos que é tentar encontrar nos processos e nas unidades de execução todas as soluções de justiça possíveis. -----

----- - informou terem reunido com os proprietários originais das Alpenduradas e representantes das pessoas que têm direitos nas Alpenduradas, pelo que há esperança que seja resolvido problema a problema, encontrada solução a solução, e que eventualmente irão existir oportunidades naquele território imenso que em alguns sítios não foi classificado como solo urbano e que poderão ser reconhecidos ou não direitos ou expectativas que possam ser transferidas para outras zonas onde é também solo urbano.-----

----- - reconheceu que, chegados ao dia de hoje, depois de décadas de trabalho onde nunca houve abertura para uma solução, e existindo agora essa solução, a mesma tinha de ser aproveitada, porque é necessário dar esperanças e soluções a todas as pessoas que vivem naquele local permanentemente. -----

----- - em relação à resposta que não foi dada à questão do Senhor Manuel Silva, referiu que seria procurada resposta para lhe dar, mas foi com certeza vista e tida em conta, tendo existido análise sobre a mesma. -----

----- - reforçou a ideia de que todas as pretensões devem ser ouvidas, inclusive aquelas referidas no dia de hoje. E numa perspetiva de futuro, perceber qual pode ser a solução para quem investiu aquilo que amealhou e que se vê numa contingência de ter sido engando, sendo estas as situações que têm de ser resolvidas caso a caso. -----

----- - revelou ainda terem existido pessoas a pedir para que a área não fosse classificada como urbana. -----

30-09-2022

----- quanto à questão colocada pelo Senhor Miguel Baltazar, referiu que, na altura em que tiveram a reunião ,foi o mais sincero possível, tendo as pessoas ficado desapontadas com o tempo que iria demorar a que aquele espaço viesse a ser uma área de acolhimento empresarial.

----- informou que o espaço não está contemplado no PDM, mas já se encontra contemplado na Revisão do PDM, onde é proposto que a zona a norte da Escola possa ser efetivamente uma área de acolhimento empresarial e para outros equipamentos, nomeadamente para o campo de futebol e um espaço para a feira. -----

----- informou ainda que está a ser preparado no âmbito do PDM um conjunto de áreas para fixação de empresas, designadamente em Colos e São Teotónio, e que em Vila Nova de Milfontes irá ser aproveitado do Plano de Urbanização da AFIPR dez hectares para o acolhimento de empresas. -----

----- quanto à questão do Senhor António Eduardo, referiu que a adesão às Águas do Alentejo foi efetuada há muitos anos e lembrou que o concelho de Odemira e as Águas do Alentejo tinham duas situações prioritárias decorrentes de obrigações com a Comissão Europeia, porque estavam em situações de crime ambiental em Vila Nova de Milfontes e São Teotónio, situações essas que foram resolvidas. Informou ainda que existiam também outras prioridades, em Sabóia e São Luís, ao mesmo tempo existe ainda a prioridade de Colos que passa por eliminar as duas fossas que existem e passar a existir um sistema de tratamento único, o que já se encontra previsto. -----

----- informou que na visita realizada a São Luís, o responsável das Águas do Alentejo prometeu que, o mais brevemente possível, iria ser apontada uma solução com a construção da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em São Luís e que, quanto ao sistema de Colos, seria equacionado o mais rapidamente possível. -----

----- Por último, quanto ao edifício antigo referiu ter existido uma possibilidade de se poder fazer uma candidatura no âmbito do PRR, para se ter no edifício uma resposta social,

mas que, no entanto, não foram a tempo daquele aviso, pelo que no futuro tentarão fazer um projeto para existir uma resposta social mais dedicada às crianças. -----

----- Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalho, agradecendo a presença do público ma presente sessão. -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS. -----

----- a) DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2022. -----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. Não participaram na referida votação os Membros: Maria Moreira, Sofia Costa, Fernando Guerreiro, Fernando Peixeiro, Leonel Ferreira, Teresa Bernardino e Ricardo Cesário, por não terem estado presentes na sessão a que se reporta aquela ata. -----

----- b) DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 01 DE JULHO DE 2022. -----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim

30-09-2022

dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação. -----

-----Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes vinte e seis membros da Assembleia Municipal. Não participaram na referida votação os Membros: Paulo Maeiro, Sofia Costa, Nuno Duarte, Leonel Ferreira, Teresa Bernardino, Maria Luisa Palma, Ricardo Cesário e Luis Freitas, por não terem estado presentes na sessão a que se reporta aquela ata. -----

-----c) DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 28 DE JULHO DE 2022. -----

-----Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação. -----

-----Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes vinte e cinco membros da Assembleia Municipal. Não participaram na referida votação os Membros: Paulo Maeiro, Sofia Costa, Leonel Ferreira, Miguel Monteiro, Francisco Lampreia, Maria Luisa Palma, Ricardo Cesário, Daniel Balinhas e Manuel Serralha, por não terem estado presentes na sessão a que se reporta aquela ata. -----

-----**Ponto dois:** APRECIÇÃO DE EXPEDIENTE. -----

30-09-2022

----- Embora todos os presentes se encontrassem munidos de exemplares dos Mapas-resumo da Correspondência Recebida e Expedida desde a última sessão ordinária deste Órgão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Não se registando qualquer intervenção, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária. -----

----- **Ponto Três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Em cumprimento com o estipulado no artigo trigésimo do Regimento da Assembleia Municipal, as intervenções dos membros da Assembleia Municipal no presente ponto da Ordem de Trabalhos foram efetuadas por Bancada, com limitação de tempo:-----

----- A) BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA -----

----- Interveio o Senhor António Viana Afonso, que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente da Câmara Municipal, a propósito de serviços públicos nos últimos meses saíram do Tribunal de Odemira quatro funcionários, um por reforma antecipada e três porque concorreram para outros Tribunais e foram colocados nesses locais. Não houve qualquer substituição dos funcionários que saíram, um dos funcionários está em Odemira há anos emprestado por outro tribunal, uma das funcionárias também afeta ao Tribunal de Odemira está de baixa médica. Assim, em resultado, dois juízes colocados, dois procuradores adjuntos e à data de hoje apenas dois funcionários na secretaria judicial e dois no ministério público.-----

----- Dando um exemplo prático, todos os dias há julgamentos o que significa que um dos funcionários que está na secretaria fique afeto à sala de audiência, assim basta que o outro funcionário vá para diligências externas para que seja necessário fechar a porta. Já aconteceu inclusivamente julgamentos serem adiados por falta de funcionários. Recordo por outro lado que Odemira é o segundo Tribunal de toda a Comarca de Beja com mais processos e acresce

30-09-2022

ainda, o aumento da comunidade migrante o trabalho burocrático ao nível das traduções e das digitalizações de documentos aumentou de forma exponencial, isto é o trabalho aumentou e muito, mas diminuíram os recursos. -----

-----A pergunta é se o Senhor Presidente da Câmara conhece esta situação do Tribunal de Odemira, que diligências é que já efetuou? Isto é, no sentido de contactar responsáveis do atual estado de coisas para que o mesmo possa vir a ser alterado.” -----

-----Interveio o Senhor Marcelo Silva que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte Moção:-----

----- **“MOÇÃO** -----

----- **Pela qualidade dos serviços prestados pelos CTT no concelho de Odemira**-----

-----A CTT – Correios de Portugal, SA na qualidade de concessionária do Serviço Postal Universal do Estado Português vê-se obrigada à prestação dos serviços que o integram de acordo com os parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho no âmbito do respeito pelos princípios e critérios constantes do artigo 13º da Lei nº17/2012 de 26 de abril. Estes serviços são essenciais para todos! -----

-----A população do concelho de Odemira, dispersa por uma área de 1721 km² (14,3 hab/km²) onde 27,3% da população tem mais de 65 anos, tem assistido, face à carência de recursos humanos, à degradação da qualidade dos serviços prestados pelos CTT. Para além de atrasos na distribuição postal que impedem, por exemplo, o pagamento de contas dentro dos devidos prazos ou o comparecimento a consultas médicas por notificação tardia, assiste-se ao incumprimento de serviços contratados pelo município (correspondência diversa, faturação de água e agenda cultural) cujo valor anual é de largos milhares de euros. -----

-----A situação não é pior graças à dedicação e profissionalismo dos carteiros que conhecendo o território fazem da proximidade com a população ferramenta de trabalho diária e que por isso devem ser valorizados. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Odemira delibera: -----

----- 1. Exigir à CTT – Correios de Portugal, SA o cumprimento dos indicadores de qualidade de serviço contratados pelo Estado Português; -----

----- 2. Solicitar à CTT – Correios de Portugal, SA os valores observados de demoras de encaminhamento de envios postais para o concelho de Odemira; -----

----- 3. Exortar à CTT – Correios de Portugal, SA a alteração da atual política de recrutamento; -----

----- 4. Exortar o Governo a monitorizar a situação do Serviço Postal Universal em territórios de baixa densidade populacional como o concelho de Odemira; -----

----- 5. Remeter esta Moção à Presidência da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, ao Ministério da Habitação e Infraestruturas, à Autoridade Nacional de Comunicações, à CTT – Correios de Portugal, SA, ao Executivo da Câmara Municipal de Odemira e a todos os Presidentes de Junta das freguesias do concelho de Odemira. -----

----- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira, -----

----- Colos, 30 de setembro de 2022” -----

----- Interveio o Senhor Francisco Lampreia, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à transferência de competências das Escolas para o Município, o ponto de situação quanto ao arranque do novo ano letivo, designadamente quanto ao seu funcionamento, à falta de professores e ao encaixe das novas competências no Município. -----

----- Interveio o Senhor Nuno Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, que fez a seguinte intervenção: “Queria aqui dar nota que tivemos conhecimento da previsão das reparações nas Estradas Nacionais no Concelho de Odemira, nomeadamente na Estrada Nacional 120, na Estrada Nacional 393, na Estrada Nacional 390 e

30-09-2022

na Estrada Nacional 263. -----

-----Congratular a Câmara Municipal, porque sabemos que a mudança de algoritmo vem também do esforço que o Executivo tem feito junto das Infraestruturas de Portugal e do Governo para que sejam desbloqueadas estas reparações e que finalmente se olhe para o Concelho de Odemira. -----

-----No entanto, gostava também de deixar aqui a questão quanto a duas estradas no caso do interior do concelho, nomeadamente a Estrada Nacional 123 e a Estrada Nacional 389 que passa por Colos. Dar nota que na Estrada Nacional 123 existiram durante as últimas duas, três semanas obras no concelho de Ourique e quase que apetece dizer quando chega ao final do Distrito de Beja e se entra no “Distrito” de Odemira as obras param sistematicamente sempre. Portanto queria perguntar aqui se têm notícia de quando continuam, porque estas duas estradas precisam de intervenção.” -----

-----Interveio o Senhor Miguel Monteiro que, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou o seguinte Voto de Louvor:-----

----- **“VOTO DE LOUVOR** -----

-----**Jovens Odemirenses vencedores de 3 Prémios no Concurso Nacional de Jovens Cientistas** -----

-----Para a Assembleia Municipal de Odemira é sempre um motivo de enorme orgulho os resultados alcançados pelos jovens odemirenses, neste caso em particular, no Concurso Nacional de Jovens Cientistas 2022. -----

-----Mais uma vez, e sob orientação da Professora Paula Canha e a colaboração de investigadores da área de cada projeto Olga Amaral (IP Beja), Mário Carvalho (Universidade de Évora) e Cláudia Mieiro (Universidade de Aveiro), foram vencedores no Concurso Nacional de Jovens Cientistas, que decorreu no âmbito da Mostra Nacional de Ciência 2022 com os seguintes projetos: -----

30-09-2022

----- - “Degradação de polietileno por fungos” (3.º lugar), da autoria de Maria Viana, Valentina Gomes e Sarah Condeixa;-----

----- - “Importância da floresta nativa - sequestro de carbono e promoção da biodiversidade” (4.º lugar), de Ana Sofia Costa, Mariana Gaspar, Carolina Cruz e Duarte Silva, e ainda; -----

----- - “Análise do impacto dos protetores solares na vida aquática” (5.º lugar), defendido por Sofia Reis, Lara Guerreiro e Maria Paulino.-----

----- Com estes magníficos e honrosos resultados, Odemira marcará presença com estes jovens cientistas em três eventos internacionais: Regeneron ISEF, uma feira mundial de ciência, no Texas, EUA, Zienza Azoka, uma mostra de ciência no País Basco, Espanha e na Semana Internacional de Estudo da Vida Selvagem, nos Alpes Suíços. -----

----- Estes jovens, a Professora Paula Canha e a Escola Secundária de Odemira já nos tem vindo a habituar a esta frequência de premiações, que enaltece e eleva de forma exponencial o nome de Odemira e a sua associação ao desenvolvimento científico. Ano após ano, os jovens do nosso concelho têm conquistado dezenas de prémios nacionais e internacionais no Concurso Nacional de Jovens Cientistas, fruto de um trabalho meritório dos próprios e da sua comunidade escolar. -----

----- Pelo excelente resultado alcançado no Concurso Nacional de Jovens Cientistas de 2022, a Assembleia Municipal de Odemira propõe a aprovação de um voto de louvor aos jovens cientistas Maria Viana, Valentina Gomes, Sarah Condeixa, Ana Sofia Costa, Mariana Gaspar, Carolina Cruz, Duarte Silva, Sofia Reis, Lara Guerreiro e Maria Paulino, à sua professora Paula Canha, aos investigadores Olga Amaral, Mário Carvalho e Cláudia Mieirol, ao Clube de Ciência Viva da Escola Secundária de Odemira e ao Agrupamento de Escolas de Odemira.-----

----- Os eleitos pelo PS na Assembleia Municipal, -----

30-09-2022

-----Odemira, 30 de setembro de 2022.’’-----

-----Interveio o Senhor Paulo Maeiro, que congratulou o Executivo Municipal e solicitou o ponto de situação relativamente ao Programa “Setembro uma Emersão Social”. -----

-----Quanto ao Projeto Cultural, no âmbito do Plano Municipal da Cultura “Odemira 2030”, o “Museu Somos Todos”, informou saber que no dia dezassete de setembro aconteceu o arranque com Professor Prista, onde estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara e a Diretora Regional da Cultura do Alentejo, Ana Paula Amendoeira, questionando ao Senhor Presidente o que se espera deste Projeto. -----

-----Interveio a Senhora Glória Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/Almograve, que congratulou a Câmara Municipal de Odemira pela adjudicação construção da Ecovia entre o Cruzamento do Almograve e o Almograve, referiu ser um projeto há muito tempo desejado e ambicionado por toda a gente, que fazia falta e que o mesmo pecava por tardio, mas que mais valia tarde do que nunca, pelo que espera que o projeto se inicie e termine com rapidez.-----

-----B) BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

-----Interveio a Senhora Vera Raposo que disse o seguinte: “Na sessão de vinte e quatro de junho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira referiu que estavam prometidas pelas Infraestruturas de Portugal (IP) intervenções nas Estradas Nacionais 120, 393, 263, 393 como já foi aqui referido, e uma já está em encaminhamento a 120. A Estrada Nacional 389 que serve a freguesia de Colos, também já aqui referida, está degradada, apresenta algumas concavidades o que se torna perigoso para os automobilistas. Portanto o Executivo Municipal está a fazer alguma diligência junto do IP no sentido de fazer obras nesta Estrada Nacional? ----

-----Depois dizer o seguinte, as populações de Campo Redondo e Ribeira do Seissal localidades desta freguesia estão muito mal servidas no que respeita à cobertura da rede móvel e de internet. Sabemos que este problema se replica especialmente nas freguesias do interior do

nosso concelho, portanto, o Executivo Municipal tem exigido às operadoras o reforço das telecomunicações no nosso território? -----

----- Agora, é mais uma opinião, digamos assim, porque a questão foi colocada pelo público e tem a ver com o edifício degradado na Rua José Correia de Oliveira, também aqui na Vila de Colos, que urge ser requalificado e nós entendemos que devia ser colocado ao serviço da população, dando a tal resposta social que o Senhor Presidente aqui referiu, mas também uma resposta cultural, porque a nossa população merece uma resposta cultural, uma biblioteca, um espaço de lazer, de convívio, quem sabe um espaço para exposições, enfim, ficam as ideias.”-----

----- Interveio a Senhora Maria Luísa Palma, que disse o seguinte: “Vila Nova de Milfontes é das localidades do concelho de Odemira mais procurada pelas populações dos mais diversos lugares e eu acho que é urgente o Executivo pensar na execução de um centro cultural polivalente para aquela localidade. Temos a Casa do Povo e a Capela do Colégio Nossa Senhora da Graça, remedeios que nos vão resolvendo as situações, mas devia ser equacionado um centro cultural polivalente para concertos, exibições de teatro, conferências, para as mais diversas coisas, como existem em muitos municípios. Eu deixo o apelo ao Executivo Camarário.” -----

----- Interveio o Senhor João Quaresma, que fez a seguinte intervenção: “O assunto que me traz aqui a esta intervenção tem a ver com a questão da falha na qualidade do abastecimento de água em Vila Nova de Milfontes, que ocorreu segundo relatos de quinze para dezasseis, embora depois tenha havido relatos de datas posteriores noutras zonas da freguesia. Os relatos consistiram nas queixas sobre mau cheiro, um cheiro nauseabundo e sabor da água. Uma das zonas que me foi exemplificada e que pude apurar foi a zona da Praça de Vila Nova de Milfontes, ao pé do Parque de Campismo e depois tive oportunidade de ler um comunicado nas redes sociais do Município de Odemira, no Facebook, onde há um esclarecimento que me deixa

bastantes dúvidas, porque diz assim: “que foi uma ausência de desinfeção e que prontamente houve reforço na dosagem de desinfetante”. A minha pergunta é, parece que está aqui qualquer coisa que está a ser omitida, porque a água simplesmente por ter ausência de desinfetante não passa a ter um cheiro nauseabundo, e, portanto, gostaríamos de saber se foi dado pela Empresas das Águas algum esclarecimento adicional para saber o que se possa ter passado ali e dado que isto de facto ocorreu, que há vários testemunhos. Porque é que não houve um aviso atempado e incisivo à população para ter cuidado com o consumo daquela água, uma vez que houve várias pessoas que foram até aos cafés, beberam cafés e outras bebidas que são feitas com aquela água e que se queixaram, parece-me que representa um risco pelo menos potencial para a saúde pública. Portanto, gostaria de esclarecimentos no sentido de saber o que é que se passou aqui.”

-----Interveio o Senhor João Cruz, que fez a seguinte intervenção: “A minha questão é simples e rápida, tem a ver com a questão que tinha colocado na outra Assembleia sobre o Clube de Canoagem, sobre a instalação de infraestruturas e, como o Senhor Presidente referiu que ia ter algumas reuniões nesse sentido, gostaria de ter um feedback, de saber em que ponto é que estamos e também de saber quais são os próximos planos para parques desportivos e quais são os planos do Município para o município num todo, não só em Vila Nova de Milfontes, para que se promova mais atividade física e que se promova um convívio social a partir desta parte do desporto.” -----

-----Interveio o Senhor Ricardo Cesário, que questionou o que é que já tinha sido feito e o que é que se pensa fazer futuramente relativamente à interdição de banhos que aconteceu no corrente ano, por duas vezes, e que também aconteceu em anos anteriores na Zambujeira do Mar.-----

-----Interveio o Senhor Nuno Góis, que fez a seguinte intervenção: “O Senhor Presidente da Câmara esteve em São Luís a visitar a ETAR e, pelos vistos, traz boas notícias. Uma questão estrutural ali da zona, para quando as populações do Barranquenho e da Garatuja serem ligadas

às estações de tratamento de águas? Eu vivo ao lado da estação de tratamento de águas e tenho a fossa mais longe do que a estação de tratamento de águas, mas tenho fossa, ou seja, todas as populações estão à volta da estação de tratamento de águas e a Garatuja continuam com fossas.

Para quando essa obra estrutural? -----

----- Quería perguntar ao Senhor Presidente, porque reparei no relatório de atividades, quem é que faz os cálculos dos espetadores nos espetáculos de rua, isto porque eu participei num espetáculo a vinte e quatro de abril em Odemira, do Bando do Mira, e dizem que estiveram cem pessoas presentes, foi muito mais. Depois no espetáculo da noite da Nena, definem nove mil pessoas naquela praça o que é extraordinário, e depois no meu espetáculo, que eu fiz uma semana depois em Sabóia e que ninguém da Câmara viu, nem acompanhou de maneira nenhuma, dizem que estiveram as mesmas cem pessoas que estiveram em Odemira. Portanto, estes números são para confiar? Isto é para levar a sério? Quem é que produz estes números na Câmara de Odemira?” -----

----- C) BANCADA DA COLIGAÇÃO JUNTOS PARA CUMPRIR ODEMIRA -----

----- Interveio o Senhor Manuel Serralha que em nome dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira apresentou o seguinte Votos de Felicitações: -----

----- **“VOTOS DE FELICITAÇÕES** -----

----- A Mostra Nacional de Ciência, um evento organizado pela Fundação da Juventude e a Agência Ciência Viva, reúne anualmente os melhores projetos científicos realizados pelos jovens portugueses, que são avaliados por um júri constituído por investigadores das diferentes áreas da ciência. -----

----- Na Mostra de Ciência deste ano, que se realizou no Porto de 8 a 10 de setembro, jovens investigadoras odemirenses, alunas da Escola Secundária Dr. Manuela Candeias Gonçalves, estabelecimento de ensino que integra o Agrupamento de Escolas de Odemira, alcançaram três dos cinco prémios principais, nomeadamente o 3º, 4º e 5º prémios. Foram

30-09-2022

ainda contempladas com a participação em três eventos científicos internacionais, respetivamente: -----

----- (1) Regeneron ISEF, uma feira mundial de ciência, no Texas, EUA; -----

----- (2) Zienza Azoka, uma mostra de ciência no país Basco, Espanha; -----

----- (3) Semana Internacional de Estudo da Vida Selvagem, nos Alpes Suíços. -----

-----Os trabalhos premiados foram: -----

----- Degradação de polietileno por fungos, trabalho defendido por Maria Viana e Valentina Gomes e que contou com a participação no projeto de Sarah Condeixa; -----

-----Importância da floresta nativa – sequestro de carbono e promoção da biodiversidade, trabalho defendido por Ana Sofia Costa e Mariana Gaspar e que contou com participação no projeto de Carolina Cruz e Duarte Silva; -----

----- Análise do impacto dos protetores solares na vida aquática, trabalho defendido por Sofia Reis, Lara Guerreiro e Maria Paulino. -----

-----Participaram, ainda, nesta Mostra, Jade Hundt e Lara Francisco, com um projeto sobre propriedades da saliva de animais. -----

-----Os eleitos da Coligação “Juntos Para Cumprir” propõem um Voto de Felicitações da Assembleia Municipal de Odemira: -----

----- Para as alunas premiadas e participantes assim como aos seus colegas colaboradores: Maria Viana, Valentina Gomes, Sarah Condeixa, Ana Sofia Costa, Mariana Gaspar, Carolina Cruz, Duarte Silva, Sofia Reis, Lara Guerreiro, Maria Paulino, Jade Hundt e Lara Francisco. ---

----- Para a professora Paula Canha, coordenadora do Clube Bigeo, no âmbito do qual os projetos se desenvolveram, e que de há muito se distingue pela qualidade do trabalho desenvolvido ao longo dos anos. -----

----- Para os professores Zélia Delgado, Dulce Raposo e Fernando Almeida, que acompanharam as alunas na sua deslocação ao Porto. -----

----- Para a Direção do Agrupamento de Escolas de Odemira por criar as condições para que os trabalhos dos alunos se desenvolvam apesar de todos os contratemplos criados pela situação pandémica e pelas instalações que veem os anos passarem e não veem as obras chegarem. -----

----- Os eleitos da Coligação Juntos para Cumprir propõem, ainda, que este Voto de Felicitações seja enviado a todos os citados. -----

----- Assembleia Municipal de Odemira, -----

----- Colos, 30/09/2022-----

----- Os eleitos pela Coligação “Juntos Para Cumprir Odemira”. -----

----- Interveio o Senhor Luís Freitas que fez a seguinte intervenção: “A Coligação Juntos para Cumprir vem questionar o Senhor Presidente acerca do facto de a última ata de reunião de Câmara publicada na página do Município ser datada de vinte e um de julho, segundo a consulta feita hoje, trinta de setembro, às doze horas e trinta e cinco minutos. -----

----- Entre essa data e o dia de hoje já ocorreram, no mínimo, mais quatro reuniões. Sendo aceitável que não estejam já publicadas as atas de setembro por razões óbvias relacionadas com a elaboração e aprovação das mesmas, qual a razão para que ainda não estejam publicadas as atas das reuniões de agosto? -----

----- A possibilidade de consulta desses documentos é um sinal de bom funcionamento da instituição, de transparência da governação do nosso território e de uma boa prática de gestão municipal. -----

----- Para quem não tem acesso direto às reuniões de Câmara, como a generalidade dos munícipes e dos partidos que não têm assento no Executivo Camarário, em particular, a consulta das atas é a única possibilidade de fazer o acompanhamento dos trabalhos e exercer o direito de supervisão para que foram eleitos. -----

----- Durante o período entre julho e setembro não foram disponibilizados na plataforma de

30-09-2022

acesso dos deputados municipais os documentos logo que aprovados nas reuniões de câmara, como vinha sendo prática desde que a plataforma foi disponibilizada. Assim, só durante a última semana nos foi possível consultar os documentos para esta reunião, o que queria uma situação de manifesta desigualdade entre os diferentes participantes nesta assembleia contra a qual deixamos a nossa indignação. -----

-----Poderá o Senhor Presidente argumentar que estão publicados os editais com as deliberações, mas se os mesmos tivessem toda a informação as atas não seriam necessárias. São importantes, mas como se diz em português “não são a mesma coisa”.” -----

-----D) BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA-----

-----Interveio o Senhor Ventura Ramalho que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, como é do conhecimento de todos avizinha-se mais uma crise económica no nosso país, daí fazer sentido a seguinte pergunta: é pela terceira ou quarta vez que vou fazer esta pergunta na expectativa de ser hoje que vou ter a resposta. Foi aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Municipal a vinte e seis de junho de dois mil e vinte uma recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda que consta na atribuição automática da tarifa social da água e resíduos que pode beneficiar diretamente mil trezentos e trinta agregados familiares do concelho. Pensa este Executivo colocar em prática esta Recomendação? -----

-----Ainda referente à água, gostaria de saber se existe estabelecido um número de cota na barragem de Santa Clara que diga “agora só sai água da barragem para consumo doméstico”. --

-----Apoio à aquisição de material escolar. Tenho conhecimento que alguns encarregados de educação receberam dois emails, um a dar a novidade da forma como iam receber o voucher e outro a dizer que existia um problema informático alheio aos serviços que estava a atrasar o processo, mas também houve pais que não receberam nenhum, e mais, ao dia de hoje nem todos os Odemirenses com direito ao referido voucher o receberam, independentemente dos constrangimentos informáticos com a distribuição dos vouchers e de só terem enviado para

alguns encarregados de educação. Será que é possível agilizar por forma a que os vouchers sejam entregues antes do início do ano escolar, tal como acontece com os vouchers dos manuais escolares? -----

----- Uma vez que estamos em Colos, há que falar de Colos. Por várias vezes o anterior Executivo referiu na Assembleia que existiam conversações em curso com uma entidade bancária com vista à abertura de uma agência bancária em Colos, qual o ponto de situação? ----

----- Jardim da Eira da Lagoa, também ouvimos várias vezes versões do último Executivo sobre supostas obras, mas o espaço continua igual, com os lagos ao abandono e falta de manutenção nas partes em madeira, vai efetivamente haver alguma intervenção por parte do Município? -----

----- A próxima e última questão é dirigida à Mesa, pergunto o que é que aconteceu aos votos de louvor, de saudação e de felicitação apresentados na última Assembleia? Nem os homenageados foram informados, nem houve divulgação dos mesmos.” -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que informou ter conhecimento, por ser mãe de um dos atletas visados, que os votos não chegarem às pessoas visadas. -----

----- Referiu ter achado estranha toda a situação, pelo que contactou o secretariado da Assembleia Municipal que informou ter enviado, como sempre, os votos para as entidades. Nos officios enviados é solicitado que as entidades entreguem os votos aos visados, uma vez que a Assembleia Municipal não ter a morada dos mesmos e, quando se trata de menores, a questão ainda é mais sensível relativamente à proteção de dados. -----

----- Informou, ainda, ter solicitado que fossem contactadas algumas entidades, no caso concreto, o Sport Clube Odemirense, na pessoa da Senhora Presidente, que referiu que haviam contactado o treinador e que tinham publicado os votos no Facebook do Sport Clube Odemirense. Informou ter-se dirigido à secretaria da Assembleia Municipal, onde se pesquisou

30-09-2022

no Facebook do Sport Clube Odemirense, onde se verificou que nada estava publicado. Informou ter, igualmente, contactado pessoalmente o treinador em causa que referiu não lhe ter sido solicitado nada. -----

-----Por último, referiu que, devido a esta situação, solicitou ao secretariado da Assembleia Municipal que alterasse o procedimento até aí adotado e que se começasse a colocar futuramente, juntamente com o ofício dirigido à entidade, o próprio voto agregado, com o nome de cada visados e sem morada. Acrescentou que os votos em questão haviam sido remetidos novamente às entidades com o nome de todos os envolvidos, sem morada e a solicitar que entregassem diretamente a comunicação aos mesmos. -----

-----D) BANCADA DA INICIATIVA LIBERAL -----

-----Interveio a Senhora Ana Paula Pereira, que apresentou o seguinte Voto de Felicitação:

----- **“VOTO DE FELICITAÇÃO** -----

-----Considerando a dinâmica de participação em concursos internacionais de alunos Odemirenses que, novamente, conquistaram prémios no Concurso Nacional de Jovens Cientistas, serve o presente para elevar o trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas de Odemira, especificamente a Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, no âmbito da Mostra Nacional de Ciência, que decorreu no Porto, entre os dias 8 e 10 de setembro, ao conquistar três prémios com projetos de investigação de jovens alunas.-----

-----As jovens odemirenses alcançaram três dos cinco prémios principais e foram contempladas com a participação em três eventos científicos internacionais. -----

-----O projeto “Degradação de polietileno por fungos”, defendido por Maria Viana e Valentina Gomes (com a participação no projeto de Sarah Condeixa) conquistou o 3º prémio, no valor de 750,00€ e a participação na feira mundial de ciência, no Texas, EUA. O projeto “Importância da floresta nativa – sequestro de carbono e promoção da biodiversidade”, das alunas Ana Sofia Costa e Mariana Gaspar (e com a participação de Carolina Cruz e Duarte

Silva) ganhou o 4º prémio, no valor de 600,00€ e a participação na Semana Internacional de Estudo da Vida Selvagem (Alpes, Suíça). “Análise do impacto dos protetores solares na vida aquática” é o tema do projeto de Sofia Reis, Lara Guerreiro e Maria Paulino, que obteve o 5º prémio, no valor de 400,00€ e a participação na mostra de ciência no País Basco, Espanha. -----

----- No seguimento dos prémios atribuídos ao longo dos anos ao Agrupamento de Escolas de Odemira, mais especificamente à Escola Secundária de Odemira, no âmbito da Mostra Nacional de Ciência, somos a recomendar que: -----

----- sejam desenvolvidas atividades e formas de divulgação, pelo Município em parceria com o Agrupamento supra referido, pelas escolas do Concelho dos Projetos vencedores, potenciando assim a partilha de conhecimentos por toda a comunidade estudantil Odemirense.

----- Deve ainda ser dado conhecimento destes votos de felicitações e recomendações às alunas referidas, à Professora Paula Canha e à Direção do Agrupamento de Escolas de Odemira. -----

----- A Eleita pela Iniciativa Liberal, -----
----- 29 de setembro de 2022” -----

----- Por último fez a seguinte intervenção: “No seguimento do que o deputado João Quarema falou, relativamente à ocorrência registada em Vila Nova de Milfontes e uma vez que já vamos falar sobre as questões técnicas, gostaria de perceber qual é o procedimento para comunicar à população que aquela água está imprópria para consumo de alguma forma. -----

----- Depois, gostaria ainda de perceber uma coisa que aparece no portal base em nome do Município que é um procedimento de Consulta Prévia relativamente à aquisição de serviço de Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto de Odemira. No que é que isto consiste? O que é que vamos ganhar? O que é que não vamos ganhar? Custa trinta mil euros. -----

----- Depois ainda gostaria que nos dessem a conhecer o balanço relativamente ao Ensino

30-09-2022

Superior em Odemira, quais são os resultados das candidaturas? O que é que vai avançar? O que é que não vai avançar? O que é que vai ser realmente o investimento por parte do Município? O que é que se pede à Escola Secundária de Odemira?” -----

----- Às questões colocadas interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que:-----

----- quanto à questão colocada pelo Senhor António Afonso, referiu ter conhecimento da situação e ter falado sobre a mesma várias vezes com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Informou que se encontra agendada para o dia doze de outubro do corrente ano uma reunião com os responsáveis da Comarca de Beja, no sentido de se perceber como é que se pode ajudar a resolver o problema. Deu nota que, para o problema ser resolvido, a outra parte também tem de estar disponível para a resolução do problema. -----

----- - quanto à Educação, referiu faltarem dezasseis professores um pouco por todos os Agrupamentos do concelho e considerou caricato a existência de horários completos que não estão a ser aceites pelos professores.-----

----- - relativamente à transferência de competências, referiu que as mesmas foram assumidas com tranquilidade e que houve um trabalho muito bom com todos os Agrupamentos, inclusive teve-se uma das questões mais complexa, a da alimentação dos alunos das escolas de Colos e Sabóia. Informou que se recorreu a entidades locais e de muita proximidade, em vez de se ter empresas contratadas que embalam refeições prontas a servir, o que tem corrido muito bem, sendo assegurado o serviço, em Colos, pela Santa Casa da Misericórdia e, em Sabóia, pelo Lar dessa localidade. -----

----- - quanto às atividades de enriquecimento curricular, referiu ter-se tomado a opção mais difícil, ou seja, em vez de se entregar tudo a uma só entidade, procurou-se fazer uma diversificação com um conjunto diferentes de entidades, o que obriga a uma maior atenção e esforço de todos, o que tem corrido bem. Referiu ainda, que o importante é que os alunos

tenham as melhores ofertas. Acrescentou que se quer continuar a diversificar nas atividades de enriquecimento curricular, aproveitando a diferenciação existente em cada território. -----

----- - em relação à questão dos vouchers, referiu que se quis inovar, porque existe uma plataforma que permite enviar automaticamente para os responsáveis pela educação dos alunos, mas a plataforma falhou. Referiu que no momento ainda faltam quinhentos alunos receberem os vouchers, principalmente no ensino secundário, mas, acrescentou que a empresa que gere a plataforma, informou que o problema estaria resolvido na próxima segunda-feira. -----

----- - quanto às Estradas, referiu que efetivamente começaram as obras de conservação na Estrada Nacional 120 e que, na primeira reunião que tiveram com o IP, foram apresentadas algumas obras que teriam que ser urgentemente executadas, em virtude do estado de degradação das estradas, nomeadamente a Estrada Nacional 263, a Estrada Nacional 120 na parte sul e a Estrada Nacional 393, tendo sido pedida uma conservação rápida. Falou-se também na Estrada Nacional 266, onde foram feitas obras de conservação, mas falta fazer um troço. Falou-se também na Estrada Nacional 123 e na Estrada Nacional 389. Informou que se obteve a garantia de uma conservação imediata na Estrada Nacional 120, tendo sido prometido a obra iniciariam em setembro, o foi cumprido e que revela um bom sinal. Houve igualmente a promessa de realizar, no presente ano, a obra na Estrada Nacional 393, passando depois para a Estrada Nacional 390 e, futuramente, provavelmente já em dois mil e vinte e três, para a 263. --

----- Informou que, no próximo ano, seriam iniciadas obras nas Estradas Nacionais 389, 266 e 123. Quanto à Estrada Nacional 123, referiu que seria a estrada que implicaria uma obra maior (à volta de sete milhões de euros de intervenção), e que será intervencionada desde o Telheiro até Luzianes-Gare, sendo depois dada continuidade (com menor intensidade) no resto do troço. -----

----- Por último, referiu haver o compromisso para o lançamento do projeto para Estrada Nacional 120, tendo ficado acordado que, até ao final do ano corrente, se teria uma proposta de

30-09-2022

solução que iria dar origem a projeto e posteriormente dar origem a uma obra para uma ligação de Odemira a uma autoestrada com mais rapidez. -----

----- - quanto à cultura, referiu que o objetivo era aprofundar uma ideia de que o Feriado Municipal tem que contribuir para uma perspectiva de coesão no concelho. Referiu ainda que, no mês de setembro do corrente ano, já se fez essa primeira abordagem, tendo sido a primeira ideia dispersar um pouco pelo território atividades culturais, para se ter um mês de cultura. -----

----- - quanto à rede no Campo Redondo e Ribeira do Seixal, referiu que o concelho recentemente foi objeto de um estudo da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) que elaborou um mapeamento, onde foi possível perceber quais os pontos brancos ou pontos negros de comunicações no concelho. Somos um dos piores concelhos do ponto de vista de cobertura nacional. Informou que o Presidente da ANACOM se comprometeu em voltar ao concelho daqui a dois anos e que, nessa altura, queria ver um retrato completamente diferente daquele que viu atualmente. Acrescentou que está previsto no próximo quadro comunitário que, quando não for interessante para as operadoras determinados territórios do concelho, os fundos comunitários passam a servir também para cobrir integralmente o território do concelho de Odemira com fibra e rede móvel. -----

----- - quanto ao centro cultural referiu já ter falado com o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes sobre essa questão e que há um conjunto de investimentos que precisam de ser feitos. Referiu que é necessário concretizar projetos desportivos, principalmente o de Vila Nova de Milfontes, por ter o investimento e o projeto maior. Referiu, ainda, que seria concretizado um conjunto de projetos também para Vila Nova de Milfontes, onde se pretende projetar toda a área do estacionamento e aquilo que será a saída do campo de futebol da zona onde se encontra, podendo ser feito um equipamento cultural depois na zona do campo de futebol. -----

----- - relativamente à falha na qualidade da água, referiu que foi detetada no dia dezasseis

de setembro e que, nesse mesmo dia, foram acionados os respetivos mecanismos. Referiu que a Águas do Alentejo é a entidade responsável por fornecer água de qualidade e que o Município fez, de imediato, análises nas saídas dos depósitos, tendo-se chegado à conclusão que tinha existido uma falha na dosagem de cloro. Informou que, em conversas posteriores com as Águas do Alentejo, se apurou que houve uma inundação de um espaço que criou um curto-circuito o que fez falhar a bomba automática que administrava a dosagem de cloro na água, tendo a mesma deixado de ser tratada com cloro. Informou, ainda, que após contacto com a Autoridade de Saúde não se verificou a necessidade de corte do abastecimento, na medida em que se apurou que, após análise da qualidade da água, não havia risco para a saúde pública. -----

----- - quanto ao processo de comunicação desta ocorrência, referiu que foi o normal e que quem deve comunicar à população imediatamente é a entidade que trata e abastece a água. -----

----- - relativamente ao Clube de Canoagem, referiu existir em curso uma situação de solução provisória e uma solução em estudo. Referiu ainda que com a aprovação do POOC fica difícil fazer-se alguma coisa junto ao rio.-----

----- - quanto à Zambujeira do Mar, referiu tratar-se de um problema que tem acontecido de forma recorrente e que tem acontecido por razões diferentes. Referiu que a problemática já surgiu por vários motivos: uma descarga numa bacia por uma vacaria, uma lavagem de canais, um turismo rural e gaivotas que poluíram a água na zona de análise. Considerou que eram situações incontornáveis, tendo em conta a quantidade e diversidade de situações que deram origem aos problemas nos banhos na Zambujeira do Mar, sendo difícil resolver todos, porque existia uma linha de água que vai dar à praia.-----

----- - relativamente à questão da Garatuja, referiu não haver nenhum projeto para a situação, mas que a mesma seria analisada. -----

----- - quanto ao número de espetadores nos espetáculos, referiu que a contagem se baseia em projeções feitas pelos serviços da Cultura, tendo em conta as densidades demográficas.

30-09-2022

Admitiu poder falar com os serviços para que se possa ter este indicador de uma forma mais adequada.-----

----- - relativamente às atas referiu existir efetivamente atrasos na publicação das mesmas, por razões que seriam resolvidas o mais rapidamente possível. -----

----- - quanto à água na Barragem de Santa Clara, mencionou que não existe nenhuma cota a partir da qual se diga que a água é só para consumo humano. Referiu existir alguma preocupação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), relativamente à gestão da cota.-----

----- Informou que estava previsto pela APA que fosse feita, até ao final do mês de setembro, uma candidatura para a aquisição e colocação de uma estação elevatória para captação de água, na Barragem de Santa Clara, com um sistema diferente do atual. Informou ainda estar definido por todas as entidades que a água para consumo humano nunca estará em causa. -----

----- - relativamente à Eira da Lagoa, referiu que o espaço precisa de ser reestruturado e que será feito o projeto. -----

----- - quanto ao Plano Estratégico do Desporto, referiu tratar-se da elaboração de uma Carta Desportiva, que tem a componente da monitorização, do mapeamento dos equipamentos, da sua utilização, da sua capacidade e também terá uma componente estratégica para o futuro.--

----- - por último, relativamente ao Ensino Superior, informou que o número de inscrições foi insuficiente no curso de Gestão e que o curso de Desporto teve inscrições e matrículas suficientes para avançar. -----

-----Interveio o Senhor João Quaresma, que fez a seguinte intervenção: “Relativamente à questão da água gostava de dar conta de uma situação em tempo real que é o depósito à estrada de Vila Nova de Milfontes, neste momento descarrega para o pluvial ali na rua à beira da estrada e havia quem questionasse o porquê. Mas, relativamente ao assunto de quinze e

dezasseis de setembro, de facto as análises foram feitas, penso que pode induzir em erro a quem ouve, parece que a água foi analisada e que está tudo bem, mas as análises apenas procuraram saber o resíduo desinfetante e não outras coisas que dessem origem ao mau cheiro. Nesse sentido parece-me que a situação é um bocadinho grave e era só para fazer o reforço dessa informação.” -----

----- Interveio o Senhor Ventura Ramalho, que disse o seguinte: “Senhor Presidente, vou ter de perguntar mais uma quinta vez sobre a tarifa social da água? E também não me respondeu à questão da agência bancária em Colos.” -----

----- Interveio o Senhor Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que fez a seguinte intervenção: “Eu pedi a palavra porque estando em Colos não podia deixar de dizer umas palavras de agradecimento. No fundo acaba por ser um abraço ao Senhor Manuel Penedo, ele não está aqui, sei que teve de se dirigir a uma consulta, mas não posso deixar de marcar aqui este momento para lhe deixar aqui uma palavra de gratidão e amizade. Eu durante oito anos tive a oportunidade de trabalhar no Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais, dos quais convivi de perto com o Senhor Manuel Penedo, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, e tenho que dizer que hoje sendo eu Presidente de Junta de Freguesia o tenho como uma referência e como exemplo a seguir e digo isto de peito aberto, sem medo de críticas de alguém, porque nós o que quer que seja que façamos temos sempre críticas. -----

----- O senhor Manuel Penedo, dos anos que privei com ele de perto, mostrou sempre uma disponibilidade incrível, é uma pessoa de grande retidão, sempre disponível para resolver os problemas e uma pessoa empenhada. -----

----- Senhor Manuel Penedo, se aqui estivesse dizia-lhe diretamente, mas que fique em Ata que é um exemplo em termos de direção numa Junta de Freguesia, de trabalho, de sinceridade e de empenho. No fundo, é o que deve ser um Presidente de Junta ao serviço do povo, ao serviço de uma freguesia, ao serviço da sua população. -----

30-09-2022

-----Senhor Manuel Penedo, um grande abraço, um muito obrigado e espero que a população de Colos o reconheça, assim como o tem vindo a reconhecer, e a todas as suas equipas que o tem acompanhado, também às Assembleias de Freguesia de Colos, porque o Executivo de uma junta de Freguesia nunca faz nada sozinho. Senhor Manuel Pendo um grande abraço!” -----

-----Entrou neste momento em Sala o Presidente da Junta de Freguesia de Colos, Manuel Penedo. -----

-----Interveio o Senhor Francisco Lampreia, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que fez a seguinte intervenção: “Tivemos ontem a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes que demorou cerca de quatro horas, com muita participação do público, dos deputados, e eu gostaria de transmitir aqui que continua a haver uma grande preocupação com o efeito da imigração em Vila Nova de Milfontes. Os efeitos são cada vez mais impactantes na vida das pessoas, começam a surgir cada vez mais problemas de violência entre os próprios imigrantes na via pública, com espancamento à vista de toda a gente, continuam a existir queixas dos comerciantes do Centro Comercial porque o impacto tem sido bastante grande. Temos o efeito do turismo, os empresários falam muito das opiniões que são manifestadas pelos turistas que frequentam os seus estabelecimentos. Eu estou preocupado porque não vejo mudanças na política do nosso Governo Central relativamente à imigração. ----

-----A Junta de Freguesia tem funcionários que passam a semana a passar atestados de residência. Cada vez mais na zona da AFIPR, tudo o que eram casas disponíveis estão sobrelotadas por imigrantes e quase todas essas casas não tem sistema de esgotos. -----

-----Só queria deixar aqui manifestada esta preocupação, porque a situação se está a agravar.” -----

-----Às questões colocadas interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que:-----

----- - quanto à questão da água, referiu que efetivamente foram feitas análises no dia

dezasseis de setembro, no sentido de se perceber se havia risco para a população e que o alerta da situação foi dado de manhã, tendo sido tomadas as providências necessárias para perceber a origem do problema. Informou, ainda, que, posteriormente, foram realizadas análises à água para se perceber o que é que efetivamente poderia ter gerado aquele problema e que ainda não tinham o resultado das mesmas. -----

----- - quanto à implementação da Recomendação da Tarifa Social da Água, comprometeu-se que não seria necessário voltar a ser feita a questão e que seria dada resposta à mesma. -----

----- - relativamente à agência bancária em Colos, referiu que dependia de vontade da entidade bancária, mas iriam tentar resolver a situação junto da entidade bancária que opera nas zonas mais próximas, no sentido de se perceber se é possível abranger aquela área. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que colocou à discussão dos presentes os documentos (moções) apresentados. -----

----- Interveio o Senhor Nuno Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, que fez a seguinte intervenção: “Na Moção fala-se principalmente na distribuição de correio, eu gostava de trazer para aqui outro ponto sobre as Agências dos CTT nas freguesias. Mais de cinquenta por cento das Freguesias têm Agências dos CTT e que durante anos andamos a trabalhar para os CTT com pagamentos muito baixos. Na empresa na altura da nova concessão, conseguiu a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), fazer uma negociação de um contrato para as freguesias em que havia um pagamento tendo em conta as horas de trabalho. Acontece que dois anos depois de ter sido assinado esse contrato os CTT começaram a entregar a algumas freguesias novos contratos reduzindo bastante os pagamentos que fizeram. O que começamos a ver, e de acordo com a moção, é que os CTT não estão a prestar um bom serviço postal, quer na distribuição que todos sentimos na pele todos os dias, quer ao entregarem às freguesias a responsabilidade de custear serviço para o qual eles têm a

30-09-2022

concessão e que deveriam prestar de outra forma por meios próprios. -----

-----Deixar só aqui nota que a ANAFRE do distrito de Beja tem tomado posição em relação a isso, ainda há quinze dias tivemos reunidos e pedimos que fosse revisto isto.” -----

-----Interveio o Senhor João Quaresma, que fez a seguinte intervenção: “Quero relembrar que os CTT foram privatizados em dois mil e treze, não é responsabilidade do Governo Socialista bem o sei, mas por momentos tive a esperança que se fosse exigir a recuperação, porque de facto era um serviço, como outras empresas estatais, que não tinha razão para ser privatizada sem ser para satisfazer grupos económicos, porque para satisfazer a população não foi de certeza e temo-lo visto e agora podemos exigir aquilo que nós bem entendermos, mas a verdade é que uma vez privatizado, faz lembrar as histórias das dependências bancárias, as empresas agem como bem entenderem e com legitimidade.”-----

-----Interveio o Senhor Marcelo Silva, que disse o seguinte: “Eu gostava de discordar aqui como deputado João Quaresma quando diz que as empresas têm legitimidade para fazerem o que bem entenderem, porque aquilo que a nossa moção propõe é o cumprimento de um contrato que foi renovado agora no início de janeiro e que tem a duração de sete anos e que não está a ser cumprido. Portanto, o Estado concedeu um serviço que considera na lei como universal, tem monotonizado através da ANACOM indicadores de qualidade que não estão a ser cumpridos. Nenhum dos indicadores de qualidade e objetivos estão a ser cumpridos, não sabemos em que medida afeta o nosso território. Portanto nós temos o direito de exigir o cumprimento do contrato e esta moção não é menos por não exigir a desprivatização dos CTT.”

-----Interveio o Senhor João Quaresma, que disse o seguinte: “Queria só agradecer ao deputado Marcelo Silva pela observação, mas eu acho que percebeu mal, porque de forma alguma tentei minorizar aquilo que é a moção. Exprimi apenas um sentimento que tenho relativamente a estas questões e obviamente que devemos exigir que cumpram o contrato que prestem serviços públicos, mas o primeiro erro foi feito aquando da privatização, agora

podemos reclamar e depois a empresa terá também o seu direito de resposta, mas era só isto que eu gostava de assinalar.” -----

----- Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes a votação dos documentos apresentados, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- 1. **MOÇÃO – “PELA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS CTT NO CONCELHO DE ODEMIRA”**, apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovada, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. Declarou-se impedido tendo saído de sala o Senhor Miguel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros, por ser funcionário dos CTT. -----

----- 2. Foi deliberado por consenso fazer uma votação única dos votos denominados: **VOTO LOUVOU “JOVENS ODEMIRENSES VENCEDORES DE 3 PRÉMIOS NO CONCURSO NACIONAL DE JOVENS CIÊNTISTAS”** apresentado pelos eleitos do Partido Socialista, **VOTOS DE FELICITAÇÕES**, apresentado pelos eleitos da Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, e **VOTO DE FELICITAÇÃO**, apresentado pela eleita da Iniciativa Liberal, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

30-09-2022

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração a inclusão de um décimo oitavo ponto e de um décimo nono ponto intitulados “Fixação da Derrama a Liquidar em 2023”, e “Regulamento Municipal de Acesso à Habitação – Aprovação Final”, propostos por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal em cumprimento da deliberação do Coletivo. -----

-----Não se registando qualquer intervenção, estas propostas de inclusão foram aprovadas por consenso. -----

-----Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a reunião para um intervalo de quinze minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira. -----

-----Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos, dando-se início ao tratamento dos assuntos constantes no Período da Ordem do Dia. -----

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----**Ponto um:** 10ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

-----“7 - 10.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2022-----

-----Foi presente a informação n.º 5006-2022, datada de 09 de setembro de 2022, da Divisão Financeira e Contratação Pública, a apresentar a 10ª Alteração Orçamental: 5ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Receita, 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal (PAM), 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresenta os seguintes valores: --

-----Orçamento da Receita: -----

-----Inscrições/reforços: 672.440.00€ (Seiscentos e setenta e dois mil quatrocentos e quarenta euros); -----

-----Diminuições/anulações: 672.440.00€ (Seiscentos e setenta e dois mil quatrocentos e

quarenta euros);-----

----- Orçamento da Despesa: -----

----- Inscrições/reforços: 1.200.100,00€ (Um milhão duzentos mil e cem euros); -----

----- Diminuições/anulações: 1.200.100,00€ (Um milhão duzentos mil e cem euros).-----

----- Plano de Atividades Municipal: -----

----- Inscrições/reforços: 646.000,00€ (Seiscentos e quarenta e seis mil euros);

Diminuições/anulações: 114.000,00€ (Cento e catorze mil euros). -----

----- Plano Plurianual de Investimentos: -----

----- Inscrições/reforços: 292.000,00€ (Duzentos e noventa e dois mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: 923.000,00€ (Novecentos e vinte e três mil euros).-----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos, bem como a remessa do assunto à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria, com os votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e a abstenção dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, uma abstenção do eleito pelo Bloco de Esquerda, e uma abstenção da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

----- Declarou-se impedida, tendo saído de sala, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tendo ficado a presidir a mesa a Primeira Secretária, Maria Moreira. -----

----- **Ponto dois:** PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA DE FRACIONAMENTO ILEGAL DA PROPIEDADE RUSTICA DE VILA NOVA DE MILFONTES: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta

30-09-2022

reunião: -----

-----“13 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA DE FRACIONAMENTO ILEGAL DA PROPRIEDADE RÚSTICA DE VILA NOVA DE MILFONTES: A) APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA; B) APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DE PLANO DE URBANIZAÇÃO -----

-----Foi presente a informação nº 4618-2022, datada de 12 de agosto de 2022, proveniente da Divisão de Planeamento, relativa ao Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes, onde se propõe: -----

-----1. A apreciação e aprovação do «Relatório de Ponderação da Discussão Pública» e, posterior divulgação dos resultados nos termos do nº 6 do art. 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, na atual redação.-----

-----2. A apreciação e deliberação da versão final da proposta do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes, com integração de alterações subsequentes àquela discussão pública, e, posterior remessa à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 1 do art.º 90º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, na atual redação.-----

-----Propõe-se para apreciação e deliberação. -----

-----Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria, com votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e a abstenção dos eleitos da Coligação Democrática Unitária. Os eleitos do Partido Socialista e os eleitos da Coligação Democrática Unitária apresentaram Declarações de Voto escritas que seguidamente se transcreve: -----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----Apreciámos e acompanhámos os debates realizados durante a discussão pública com participação dos cidadãos. Foram variadíssimas as intervenções dos cidadãos sobre os casos concretos existentes, bem como as respostas que foram dadas pelos técnicos autores do Plano e

do Senhor Presidente da Câmara, que referiu variadíssimas vezes, que serão considerados todos os casos existentes e constantes no levantamento do ano de 2018. -----

----- O período de discussão pública do PUAFIPR teve 81 participações públicas. A maior parte das participações foram com incidência territorial, cerca de 49% relacionadas a outras pretensões (legalizações, exclusão de condicionante (s) (REN/RAN), exposição/esclarecimento) e 32% relacionadas a pretensão de alteração da classificação do solo. -----

----- Das 81 participações dos cidadãos da área do PU da AFIPR entrados no prazo estabelecido, verificamos que: -----

----- No resumo da ponderação e das participações e decisão final, quase a totalidade mereceram a decisão final de “sem efeitos na configuração da proposta de Plano de Urbanização” e talvez “possível alteração da ação/intervenção no programa de execução” quando for executado. -----

----- De todo deste processo dessa discussão pública resultaram as seguintes alterações: ---

----- Peças desenhadas – correções de erros topológicos na Planta de Zonamento; -----

----- - alterações da Planta de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento; -----

----- Peças escritas – Alteração do Artº 21º do Regulamento retirando a referência ao sobreiro e explicitada a salvaguarda de eventuais direitos relativos a preexistências de ruínas, correção do Artº 69º. -----

----- Verificamos assim, conforme é dito apenas serão consideradas as referências descritas, mantendo-se a proposta de Plano de Urbanização sem qualquer resposta clara e inequívoca à situação de clandestinidade que teve início na década de 70, desacelerou com a proposta de Plano de Pormenor/Loteamento da década de 90 e agudizou-se e alterou-se substancialmente nos últimos 20 anos, em que apesar de ter tido um gabinete técnico durante 3 anos e meio no período compreendido de 1998/2001, cresce no dia-a-dia com mais edificações

30-09-2022

sem qualquer intervenção da gestão municipal.-----

-----Em nosso entendimento pensámos que após a discussão pública e ouvindo os cidadãos com as suas preocupações seria repensada uma nova atitude, corrigindo-se a previsão de derrube de mais de duas centenas de casas e propondo-se alternativas bastantes que respondessem à maioria dos anseios dos cidadãos.-----

-----Afim tudo não foi assim. Tudo o que foi proposto nada será alterado e a resposta às grandes questões ficará adiada e sujeitas às diversas unidades de execução a realizar um dia.....-----

-----Porque acreditámos que era possível encontrar respostas/soluções para as situações existentes, não podemos aceitar que à partida (conforme conta nos documentos apresentados que não vão sofrer qualquer alteração significativa) vão ser derrubadas habitações; que uma grande parte da área de intervenção exclua várias situações existentes e carentes de uma solução; e que se alegue que para considerar várias situações apresentadas pelos cidadãos teriam de submeter a parecer de várias entidades o que não querem fazer.....-----

-----“tal como diz o velho ditado popular andou a carreta à frente dos bois” e agora fica assim... porque quem se vai lixar não vive, não precisa viver na zona de intervenção do PU da AFIPR e hoje é muito fácil ter construir uma casa de habitação.-----

-----É por tudo isso que não podemos manter o nosso voto de apoio à proposta de Plano de Urbanização da AFIPR de Vila Nova de Milfontes.-----

-----Odemira, 2022.09.01-----

-----Os eleitos da CDU.”-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----De acordo com o artigo 54.º do Plano Diretor Municipal de Odemira, a Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes é considerada como

“uma área de edificação dispersa com função residencial encontrando-se sujeita a plano de urbanização ou plano de pormenor, que deve definir objetivos, critérios e parâmetros aplicáveis, respeitando o princípio da contenção da edificação”. -----

----- Deste modo, os estudos e a proposta desenvolvida no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da AFIPR, focalizaram-se nos objetivos programáticos previamente estabelecidos, tendo como matriz de referência fatores críticos de decisão nos domínios da Estrutura Urbana, Estrutura Ecológica, Estrutura Económica, e a População.-----

----- Todo o processo desenvolveu-se igualmente através de um trabalho de concertação entre as entidades públicas, determinadas num objetivo conjunto de resolução daquele território e restituiu o acreditar, demonstrado no interesse da larga participação das várias sessões públicas realizadas na Casa do Povo de Vila Nova de Milfontes. -----

----- Tratou-se de um trabalho sério e realizado em contexto difícil, para o qual não poderemos ficar indiferentes, bastando lembrar o longo histórico deste processo, cuja problemática remonta os anos 1970, com várias tentativas de resolução pelo caminho e que até ao momento nunca se conseguiu reverter, agudizando o fracionamento e a elevada incidência da edificação ilegal.-----

----- Já foram perdidas demasiadas oportunidades que agora não podemos desperdiçar!-----

----- A concretização do Plano de Urbanização da AFIPR traduz-se numa oportunidade única de qualificação de imagem, funcionalidade e vivência urbana de um território cheio de carências e problemáticas de várias géneses, envolvendo a população e todas as entidades públicas interessadas na procura da melhor solução possível para aquela área de intervenção.---

----- A aprovação do Plano de Urbanização assume-se assim, como um importante ponto de partida para o trabalho conjunto e participado na efetiva reconversão, acreditando num futuro de oportunidade para a AFIPR e para o concelho de Odemira. -----

----- Considerando o exposto e a oportunidade do momento, nomeadamente:-----

30-09-2022

-----•A concertação inédita das várias entidades com responsabilidade nos diversos instrumentos de gestão territorial, face ao historial de anteriores tentativas de resolução da AFIPR e a rigidez legislativa perante uma situação de rara excecionalidade como esta; -----

-----•Os desígnios da Estratégia Local de Habitação aprovada pelo IHRU e a sua importância enquanto instrumento decisivo para uma resposta objetiva às carências habitacionais da AFIPR;-----

-----•Os efeitos da crise económica e energética, em particular no que diz respeito ao aumento da inflação e à redução do rendimento, que poderá agravar as carências habitacionais e o alavancar do desordenamento urbanístico na AFIPR; -----

-----•O processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso; -----

-----•A necessidade de infraestruturização básica, nomeadamente o saneamento e o abastecimento de água; -----

-----•A Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas; -----

-----•A necessidade de um quadro de intervenção mais alargado dirigido à fixação e atração de população jovem, à melhoria da qualidade do ambiente urbano e à promoção da sustentabilidade, numa lógica de reforço da coesão territorial; -----

-----Os eleitos do PS votam favoravelmente à proposta do Plano de Urbanização da AFIPR e não consentem a tentativa de desvalorização leviana de um trabalho complexo, que exigiu um esforço meritório de uma equipa multidisciplinar contratualizada, o constante empenho dos serviços técnicos municipais e a participação da população, permitindo chegarmos até este momento, ao qual devemos assinalar como histórico!-----

-----Odemira, 01.09.2022-----

-----Os eleitos do PS.” -----

-----A Primeira Secretária da Assembleia Municipal informou que estavam presentes na presente reunião a equipa técnica da empresa GeoAtributo, nas pessoas da Geógrafa Célia

Mendes e do Engenheiro Manuel Miranda e por videoconferência a Mestre Dulce Lopes, dando as boas vindas aos mesmos. -----

----- Interveio o Senhor João Quaresma, que fez a seguinte intervenção: “Chegamos então ao ponto, penso eu, mais pertinente da Ordem de Trabalhos, quero fazer algumas considerações e eventualmente teremos também uma declaração de voto. -----

----- Fazendo aqui um ponto de situação de anteriores sessões onde aprovamos sempre outras versões do Plano até esta versão, votamos sempre favoravelmente, agora não o iremos fazer, porque entendemos tal e qual como o Executivo do Partido Socialista também entende, que de facto é uma oportunidade que tem que se aproveitar para dar início à resolução de um problema que se arrasta há décadas e ao qual a bancada da Coligação Democrática Unitária, desde há décadas, que também chama à atenção e que tem também o seu papel no historial da resolução do problema quando ainda era poder, mas eu não posso deixar de referir aqui e de fazer algumas críticas a todo este processo.-----

----- Eu entendo o contexto, eu entendo a sua urgência, nós não somos contra este processo, portanto eu só digo isto para que fiquem estes pontos bem claros, mas parece-me que para já falar-se se é não é aprovado hoje, também quem tiver um pouco atento aos assuntos da Assembleia Municipal perceberá o balanço de forças que aqui existem relativamente às forças representadas, portanto a questão da aprovação não penso que seria um problema, a não ser que houvesse alguma cisão por parte do partido que tem a maioria.-----

----- Relativamente àquilo que se tem passado e ao que nos levou ao estado da situação em que estamos agora, eu não tenho palavras agradáveis, porque impunidade é uma palavra chave, negligência é outra palavra chave, ausência de informação, de comunicação da entidade competente, neste caso a Câmara Municipal, e os munícipes prevaricadores, digamos assim, as pessoas que construíram ilegalmente nos últimos anos, uma convivência por parte das autoridades com o sistema da ilegalidade em Vila Nova de Milfontes e nós chamamos a

30-09-2022

atenção para isto inúmeras vezes noutros mandatos.-----

-----Em Vila Nova de Milfontes é conhecido o sistema de “constróis agora, fazes a fachada ao domingo, se já tiver telhado está tudo bem, pagas a multa e segues a tua vida”, e isto é senso comum em Vila Nova de Milfontes e na zona da AFIPR, para não falar de situações mais graves que agora se observam na Herdade da Alpendurada, que é a transação de terrenos, sabe-se lá em que condições e quando digo transação, pressupõe alguém que é proprietário vender a outro, aquilo é tão revestido de um manto cinzento que chega a haver gente a vender aquilo que não é seu, gente que ocupa aquilo à moda do “Velho Oeste”, mete uma bandeira faz uma vedação e constrói.-----

-----Agora observam-se outdoors colocados pela Câmara Municipal a informar que não se pode construir na zona da AFIPR sob pena de ação legal, eu penso que isto peca no mínimo por tardio, ainda que a Câmara noutras alturas não tivesse possibilidade de agir mais musculadamente para exigir o cumprimento da lei, o mínimo que tinha a fazer era disponibilizar esta informação que agora está a fazer. -----

-----A adicionar a isto é preciso perceber porque é que nasce a AFIPR, porque a AFIPR nasce de décadas de ausência de resposta habitacional em Vila Nova de Milfontes. Não consigo compreender porque é que no Perímetro Urbano de Vila Nova de Milfontes, onde existem sete ou oito zonas de expansão urbana, sujeita a planos de pormenor, zonas onde se espera ver edificado urbanizações e porque é que estão paradas? Porque é que as zonas de expansão de Vila Nova de Milfontes permanecem assim há décadas? Não entendemos, mas isso provocou uma pressão para o crescimento da AFIPR. Nos últimos anos temos visto um desenvolvimento acentuado devido também ao aumento da população e a AFIPR tornou-se não só na solução habitacional, como se tornou também numa situação especulativa de negócio, porque ali é tudo mais fácil, ali não há papeis, ali não há tramitação de processos e, portanto, como podem imaginar isto só pode acontecer numa terra onde há ausência de lei. -----

----- Agora aquilo que vejo neste processo, e umas das maiores críticas que conseguimos identificar, é o ano de dois mil e dezoito. Quantas edificações não aconteceram já desde dois mil e dezoito? O que nós tememos que possa acontecer, na melhor das hipóteses, é que este projeto seja aprovado e implementado, na melhor das hipóteses totalmente executado, em duas décadas e que ao fim dessas duas décadas já exista mais uma ou duas AFIPR ali à volta e tememos também que isto seja um incentivo para “agora estão a legalizar ali, nós fazemos aqui fora porque não temos que obedecer à lei e depois eventualmente também haverá um plano para legalizar este lado”. Isto deixa-nos muitas dúvidas, temos muita vontade que o Plano avance, obviamente, mas tememos que o problema se perpetue.” -----

----- A Primeira Secretária da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o prolongamento da reunião por mais trinta minutos, nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, tendo sido aprovado por consenso. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que esta questão tem décadas e atravessou vários mandatos e que gostava que estivessem presentes na presente reunião o Justino Santos, o Cláudio Percheiro, António Camilo e o José Alberto, por ser um momento absolutamente histórico e que representa o trabalho de todos e que a Câmara Municipal tem responsabilidades no que aconteceu. -----

----- Referiu ainda que, uma das únicas coisas que questiona, é a abstenção de assumir a responsabilidade do que aconteceu durante todo o este tempo. Referiu que o importante era serem capazes de assumir a responsabilidade do que aconteceu e perceber que a Lei não favorece a ação do Município para resolver questões complexas. -----

----- Informou que não irá existir mais nenhuma AFIPR, porque não irão ser passadas declarações às pessoas para poderem construir e que iriam utilizar todas as ferramentas legais para impedir que isso aconteça. -----

30-09-2022

-----Interveio o Senhor João Quaresma, que disse o seguinte: “Eu esperava alguns dos argumentos, mas vou responder como respondi ao anterior Presidente, os tempos eram outros, o contexto era outro, as necessidades eram outras e, portanto, não são comparáveis, mas há um fio condutor nos últimos vinte e quatro anos, a seguir a mil novecentos e noventa e sete, porque eu lembro-me de legalizações bem-sucedidas, porque se vamos falar do passado não vale apenas querer meter tudo dentro do mesmo saco, mas eu concordo com a ideia que não deva ser esse o tom da discussão.-----

-----Não obstante, é razoável fazer um balanço e eu sou o primeiro a dizer que não é usar isto como arma de arremesso político; a intenção é expressar uma preocupação para o futuro e nos moldes em que está o Plano, parece-me que vai haver continuidade. O que é que a Câmara vai fazer para as edificações que não estão previstas no Plano?” -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o passo seguinte é a construção das unidades de execução e que a única novidade do Plano é o facto de o solo rústico ser transformado em solo urbano, o que permite criar a partir do terreno existente lotes de forma a que as pessoas possam construir as suas casas. -----

-----Referiu que o Plano foi feito numa perspetiva de salvaguardar área suficiente para acolher e permitir margem para acolher situações do ponto de vista da urbanização, referiu ainda que o Plano olhou para a quantidade de edificado que existia e que necessitaria de resposta de futuro. -----

-----Informou que no âmbito da Estratégica Local de Habitação a Câmara Municipal tem a previsão de construir cento e dezassete casas para acolher e resolver situações sociais complicadas. -----

-----Por último, informou estar-se a contratualizar a primeira unidade de execução na zona do Galeado que tem as zonas mais estabilizadas do ponto de vista do edificado, o que permitirá uma solução mais rápida. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal e nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a seguinte Declaração de Voto verbal: -----

“A problemática da construção urbana em Vila Nova de Milfontes deve ser vista de forma global e integrada e além das questões relacionadas com as áreas de loteamento e construções de clandestinos, o que pretende dar resposta o Plano agora aprovado, outras há que se interligam. O que se tem verificado nos últimos vinte anos após a provação do PDM ainda em vigor é a situação inusitada do crescimento imparável da construção ilegal, em número de casas e em área ocupada, enquanto na área prevista para expansão urbana não houve praticamente incremento de edificação. O sistema dos Planos de Pormenor previstos para dar início a qualquer projeto de construção na zona de expansão demarcada, revelou-se inadequado desde logo por geralmente exigir acordo sujeito a demoras e dificuldades várias, entre vários proprietários de terrenos. -----

----- Passados mais de vinte anos, apenas duas unidades avançaram com o processo, em qualquer caso ainda sem terem passado à fase final, sendo que a zona de expansão que se compaginava com um normal crescimento do aglomerado urbano existente, o desenvolvimento do processo deveria ter sido dirigido pelo Município por forma a agilizá-lo, tanto mais porque era a forma lógica de dar resposta à carência em Vila Nova de Milfontes. -----

----- Espera-se a rápida conclusão do novo PDM, tão rápida, porém, quanto uma boa elaboração o permitir. -----

----- Entretanto a área de ilegais expandiu-se, umas vezes é verdade para dar resposta à

falta de habitação local, mas frequentemente como forma de especulação e de transformação fraudulenta do uso dos solos, revestindo formas inconcebíveis à luz do direito público e privado. Sabemos que o seu avanço foi consentido pela debilidade da atuação municipal e que se espera que se reverta, sob pena de após a conclusão do atual Plano estar criada uma ou duas AFIPR. -----

-----Com a nossa abstenção pretendemos chamar à atenção para as variabilidades e para o risco do problema não ficar solucionado, conscientes de que não impediremos que o processo, que demos sempre contributos, tanto no passado como agora, se realizar.” -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia voltou a entrar em sala. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Manuel Penedo, Presidente da Freguesia de Colos, que pediu desculpa por não ter estado presente desde o início e que agradeceu a todos os que nunca se esqueceram dele enquanto esteve mais afastado por motivos de saúde. -----

-----Esgotando-se o prazo horário (meia noite e trinta minutos) estabelecido nos números quatro e cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, sem que estivessem deliberados todos os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que será a presente sessão ordinária prolongada para uma segunda reunião, nos termos do artigo quadragésimo sexto, conjugado com o artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que se realizará no dia sete de outubro, conforme constava na respetiva convocatória, onde será dada continuidade ao tratamento dos assuntos agendados no Período da Ordem do Dia, ou seja, do ponto três ao dezanove. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

-----Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e

cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por consenso.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era meia-noite e quinze minutos, do dia vinte e cinco de junho do corrente ano. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----